

“Reforma do 2º grau democratiza oportunidades”

Ronald Theobald/AE

Para o economista Claudio de Moura Castro, as alterações propostas pelo MEC poderão abrir as portas das escolas técnicas à população que hoje não tem acesso ao ensino público profissionalizante

A seguir, a entrevista que Claudio de Moura Castro concedeu esta semana, pela Internet, aos jornalistas Rosa Luíza Baptistella e Décio Trujillo.

Estado — Qual deve ser o papel do ensino médio?

Claudio de Moura Castro — O ensino médio está condenado a uma tripla função: preparar para a universidade, preparar para o mercado de trabalho e preparar para a cidadania. Agora, já podemos falar em uma quarta função que é a preparação para as carreiras curtas que exigem um perfil diferente do ensino superior. Assim é que está condenado a uma ambigüidade inerente. Nenhum país conseguiu escapar dessa justaposição incômoda de funções que são conflitantes. Há muitas soluções que permitem conviver com a dificuldade, mas não eliminá-la. Estudantes e professores respondem intelectual e emocionalmente a muitos anos. As trações são inevitáveis.

Estado — Como anda o ensino médio no Brasil?

Moura Castro — Ele é muito parecido com o dos outros países latino-americanos, sobretudo os menos destacados em matéria de educação, onde a matrícula corresponde a uma fração muito modesta da coorte de idade. Temos um 2º grau mirrado, atrofiado, sobretudo pelo entupimento do 1º grau, que não o abastece com alunos suficientemente jovens, suficientemente preparados e em número mais abundante. Tal como acontece com os nossos colegas de países mais pobres, a atrofia quantitativa do 2º grau corresponde também a um longo período de hibernação de idéias. O 2º grau é uma relíquia do passado. Reflete uma orientação francesa do passado. Tem disciplinas demais e assuntos demais dentro de cada disciplina. Além disso, os conteúdos estão muito distanciados da vida moderna.

Estado — E com relação a outros países?

Moura Castro — México e Argentina já reformularam seus ensinos secundários, eliminando os cursos técnicos convencionais e criando cursos acadêmicos “com sabor” de ciências naturais, comércio, artes, etc. Esta é uma maneira de ficar aquém de uma profissionalização que é sempre difícil em escolas acadêmicas (de forte inércia), mas permitir ao estudante já se aproximar das áreas em que se sente mais confortável e mais próxima do que fará mais adiante, seja indo diretamente para o mercado, seja tomando cursos profissionais. O problema com o ensino médio é que não há modelos únicos. O modelo americano é profundamente diferente do da França, que por sua vez é diferente do alemão. Assim, não há modelo certo ou errado, bom ou ruim, mas simplesmente um grande e atemorizante vácuo de liderança intelectual. O Brasil somente agora desperta para essas mudanças. Antes, sequer havia clima para essas discussões. Hoje estamos começando a empreender um debate e uma tomada de consciência para a mera existência dessas dificuldades. A proposta feita pelo MEC recentemente é uma solução salomônica e possivelmente a melhor possível para um país federado e heterogêneo

como o nosso. É antes de tudo uma solução que dá princípios gerais bastante sadios e deixa muitas portas abertas. Aliás, meus cumprimentos ao MEC pela atitude revolucionária de não decidir pelos outros (no caso, os Estados, municípios, escolas, professores e alunos). O que faz é simplesmente dizer que 25% do currículo fica em aberto. Fica naturalmente por ser decidido se as escolas têm de oferecer escolhas para os alunos, que sabores serão oferecidos e por aí fora. Em princípio, a escola pode usar sua flexibilidade para inclinar-se em alguma direção — Mais artes? Mais ciências? Ou pode oferecer disciplinas profissionalizantes. Ou pode oferecer várias alternativas se for grande o suficiente. Agora, é rezar para que os conselhos estaduais não esvaziem a liberdade que foi dada. Só tenho uma queixa. Os 25% deviam virar 33%. Assim, corresponderia a um ano escolar inteiro. Isso permitiria às escolas deixar este ano inteiro para ser feito fora, no caso de quem quisesse se profissionalizar.

Estado — Os novos modelos não têm obrigado os jovens a fazer a escolha profissional cada vez mais cedo?

Moura Castro — A questão das escolhas prematuras sempre virá à baila e não deixa de ser um problema sério. Contudo, devemos nos lembrar que países como Alemanha, Suíça e Áustria, ao fim da nona ou décima série (aos 15 ou 16 anos)

fazem uma primeira triagem em que mais da metade dos estudantes vai para os cursos de aprendizagem que não dão acesso ao ensino superior. Na França, pela mesma forma, há

alternativas, cada vez menos usadas, que triam a partir de 14 anos. Outras triam pouco mais adiante. Antes de decidir em que ponto são tomadas essas decisões, é preciso perguntar em que nível de escolaridade chega a maioria dos alunos. Quando apenas a metade termina a 8ª série, postergar a profissionalização significa oferecer uma chance de maior amadurecimento de que poucos poderão se beneficiar. Nesses níveis mais elevados, os poucos que chegam nem sequer têm interesse pelos cursos manuais. Pior do que escolha prematura é não ter escolha nem curso para fazer.

Estado — Qual foi sua participação na confecção do projeto de reforma do ensino médio que o MEC está propondo?

Moura Castro — A proposta do MEC, com pequenas variações, é a mesma que fiz há mais de dez anos ao mesmo MEC. Na época, não foi levada a sério. Mas hoje há clima para estas coisas. Assim é que exumei as cinzas e aí está. Assino embaixo, pois participei na sua formulação. Mas, naturalmente, é sempre possível matar uma boa idéia por via de uma implementação desastrosa. O que não é possível é salvar o modelo anterior. Por quê? Em um país de poucas disponibilidades de ensino médio de certa qualidade, as escolas técnicas públicas que oferecem um programa razoavelmente bom têm seu destino selado. Serão procuradas pelos alunos que vêm nela apenas um curso acadêmico preparando para o vestibular. Como resultado do afluxo excessivo de alunos, acaba sendo necessário fazer um concurso de entrada. Isso peneira



Moura Castro: projeto do ministério é “o melhor possível para um país federado e heterogêneo”

ainda mais o acesso. Acaba que só entram os alunos melhores, virando uma escola para as elites, que vão não apenas para o ensino superior, mas para o ensino superior mais competitivo. De fato, há uma escola técnica federal dentre as dez instituições que mais alunos levam às carreiras mais competitivas da cidade de São Paulo. Aqueles alunos que poderiam estar interessados em uma formação técnica não conseguem competir com os outros. Ao fim e ao cabo, a parte profissional fica totalmente marginalizada por falta de interesse dos alunos. Vira um Pedro II com a farsa das oficinas, fingindo que está preparando para o mercado de trabalho. A idéia, portanto, é separar a parte acadêmica da parte profissional. Quem quiser fazer vestibular de direito no Largo São Francisco faz a parte acadêmica, deixando livres as oficinas de máquinas e motores para aqueles alunos de origem mais modesta que querem ser técnicos em mecânica. Espera-se que a parte técnica dos cursos mude o perfil da sua clientela que hoje é quase só de jovens que gostariam que as oficinas não existissem, pois estão atrapalhando sua carreira acadêmica. É um gasto lamentável de recursos públicos

obrigar a frequentar as oficinas e as matérias tecnológicas jovens de classe média alta, ao mesmo tempo em que os verdadeiros interessados pelo que se aprende nessas oficinas foram alijados dessas escolas pelos exames de entrada. Essa idéia nada tem de revolucionária, pois essas mesmas escolas técnicas já estão oferecendo, em geral à noite, a parte profissional para jovens que já têm o diploma de 2º grau. O que o decreto faz é oferecer também durante o dia os cursos chamados “especiais”, que hoje são oferecidos de forma muito limitada no período noturno.

Estado — Transferir as diretrizes do ensino médio para Estados e municípios não vai retardar a adoção do projeto?

Moura Castro — As mudanças no ensino técnico simplesmente separam os alunos que querem fazer uma coisa dos que querem fazer outra. Não há grandes filosofias ou metafísicas nela. É eliminar um erro de pontaria. Ademais, a esmagadora maioria das escolas técnicas industriais e agrotéc-

nicas é federal ou paulista. Ou seja, relativamente pouco vai acontecer solto por aí, embora o crescimento das redes estaduais, municipais e privadas seja mais do que bem-vindo. Em contraste, a nova proposta do ensino médio é uma mudança de filosofia de ensino afetando, a médio prazo, bem mais da metade dos brasileiros, já que é inevitável a progressiva universalização do ensino médio. É algo para ser discutido, pensado e experimentado com calma. Onde está a pressa? Mas com pressa ou sem pressa, de que estamos falando? O governo central tem de seguir de babá dos Estados e municípios? Vá-lha-nos Nossa Senhora!

Estado — A estrutura modular não pode ficar comprometida, dada a extensão do País? A oferta poderá ser garantida?

Moura Castro — A estrutura modular, ainda por ser definida, pode ser uma fonte de flexibilidade ou uma camisa de força. Se significar que as escolas podem aceitar créditos de disciplinas feitas em outras

instituições, é mais do que bem-vinda. Se criar um cipóal de regras e currículos, com conselhos estaduais digladiando-se com os Estados vizinhos ou com o CNE, será um desastre.

Estado — O ensino técnico deve ser profissionalizante ou preparar para a universidade?

Moura Castro — O que é ensino técnico? O que é um técnico? Se houvesse clareza e unicidade da definição desses termos, haveria menos palavrório e menos duelos verbais. Não quero entrar nessas cruzadas semânticas aqui. Sem usar termos contenciosos, alguém tem de oferecer cursos que preparem para o mercado de trabalho. Cada vez mais há uma tendência para que os cursos realmente voltados para o mercado de trabalho sejam oferecidos por instituições fora do circuito acadêmico que disponham de flexibilidade para permanentemente ajustar seus cursos à evolução dos mercados de trabalho. Esse é o caso dos cursos do Senai e Senac. Nas áreas que requerem mais preparação teórica, a tendência dos países industrializados é oferecê-los como modalidades de seis meses a dois anos para quem já terminou o 2º grau. A fórmula proposta pelo MEC, portanto, está andando nessa direção. Cursos mais complexos, do tipo eletrônica ou computação, ficam melhor nesse nível, além de se verem livres das ambigüidades de quem não sabe se quer profissão ou vestibular. Depois que resolveu que não vai para a universidade, tranquilamente vai para um desses cursos. A grande exceção são os cursos para as áreas de escritório (secretariado, administração de pequenos negócios, contabilidade, etc.). Esses são cursos com afinidades para o ensino acadêmico. Dão-se bem dentro das escolas regulares. Afinal, aprender a usar um computador é cultura geral ou profissional? Esses são tipicamente os cursos em que faz muito sentido a concomitância com o ensino regular, o que o decreto permite.

Estado — A separação do 2º grau formal do ensino técnico não vai dificultar a vida dos estudantes, que terão de frequentar duas escolas?

Moura Castro — Para os estudantes menos elitizados, vai facilitar, pois hoje não têm condições de competir com seus colegas que tiveram chance de frequentar escolas de 1º grau de alta qualidade que, portanto, estão mais preparados para o “vestibulinho” das escolas técnicas. O ano adicional é um preço baixo para quem estava alijado dessas escolas, desde que se tornaram academicamente boas.

Estado — Qual é o papel do técnico nos novos mercados de trabalho de alta tecnologia?

Moura Castro — A marginalização da parte propriamente técnica das escolas técnicas faz com que o ensino ali oferecido seja obsoleto, difuso e pouco conectado com as necessidades das empresas. Mas naquelas escolas que realmente levam a sério os perfis profissionais necessitados pelas empresas, os técnicos lá formados são mais valorizados do que engenheiros. Esse é o caso de algumas escolas técnicas do Senai-SP, que têm um mercado bem mais generoso do que o dos engenheiros. Se o ensino técnico é um prêmio de consolação, como se fosse um engenheiro de segunda categoria, seu mercado será subalterno. Mas se o técnico, por conta de sua maior especialização, sabe o que o engenheiro não aprendeu nas suas escolas excessivamente teóricas e genéricas, não há razão para temer essa situação.

**SOMENTE
AGORA O BRASIL
DESPERTA PARA
MUDANÇAS**